

RELATÓRIO DA REUNIÃO DO FÓRUM NACIONAL POPULAR DA EDUCAÇÃO COM AS COORDENAÇÕES ESTADUAIS E DISTRITAL DE EDUCAÇÃO

Data: 09/08/2017

Local: auditório da CNTE – Brasília/DF

Pauta: organização da Conferência Nacional Popular da Educação – CONAPE

Coordenada pelos coordenadores do Fórum Nacional Popular de Educação, Heleno Araújo e Miriam Fábila, a reunião contou com 36 participantes, dentre os quais 15 representantes de coordenações estaduais de educação (SP, SC, MA, MS, BA, PI, CE, RN, DF, MT, GO, RJ, ES, PR e PE), além das representações das entidades que formam o Fórum Popular (MIEIB, CEDES, Campanha, CNTE, ANPED, PROIFES, ANFOPE, ANPAE, CTB, CONFETAM, CONTEE, FASUBRA e UBES).

A pauta dessa reunião foi dividida nos seguintes pontos: relato do histórico de concepção e formação da CONAPE; relato das coordenações estaduais e distrital de educação nos Estados e Distrito Federal; e, por fim, encaminhamentos para a organização das conferências populares municipais e estaduais de educação, além da etapa nacional, a CONAPE no ano de 2018.

HISTÓRICO DA CONAPE

Antes do relato do histórico da CONAPE, Heleno Araújo esclareceu que a coordenação geral da CONAPE é composta por 3 entidades (CNTE, ANPED e CUT), enquanto que a sua coordenação executiva conta com 12 representações de entidades ligadas à educação (CONTEE, CNTE, PROIFES, ANPAE, ANPED, UBES, UNE, Campanha, CEDES, MIEIB, CUT e CTB). Lembrou a todos que a metodologia da CONAPE é resultado de um acúmulo construído coletivamente desde a realização dos Congressos Nacionais de Educação (CONEd) até as experiências da Conferência Nacional de Educação (CONAE), de 2010 e 2014.

Preliminarmente, Heleno Araújo ratificou o entendimento de que o Fórum Nacional de Educação – FNE é resultado de uma política de Estado e que a luta sempre foi pela revogação da Portaria Ministerial nº 577, que alterou a composição do FNE de modo a obstruir o debate acerca da defesa de uma educação pública e de boa qualidade no país, hegemonizando artificialmente uma maioria do governo golpista na

composição deste Fórum, ao destituir a participação de muitas entidades que, agora, estavam ali representadas pelo Fórum Nacional Popular de Educação.

Desde a usurpação do poder por este governo golpista, aconteceu uma prática recorrente de protelação do Ministério da Educação – MEC para receber o FNE em reunião, à época representado pela coordenação rotativa ocupada pela CNTE. Em decorrência da interinidade do gestor da SASE/MEC, a requisição de uma reunião do FNE com o governo, sempre que possível, era adiada por parte dos membros do MEC.

Quando aconteceu a primeira reunião com a SASE/MEC, o então coordenador do FNE tinha como objetivo tentar garantir a realização da CONAE em 2018, sempre reafirmando o FNE como espaço de interlocução da sociedade civil com o Governo e, sobretudo, a sua atribuição institucional de ser o espaço legal de fiscalização e acompanhamento das metas do Plano Nacional de Educação – PNE. A insistência em se reunir com os representantes do MEC sempre foi o de garantir o calendário das etapas municipais e estaduais das Conferências de Educação, de modo a assegurar a realização da CONAE em 2018.

O que começou a ficar evidente foi que todos os acordos firmados em reuniões com a SASE/MEC, até então solícita em acolher as demandas colocadas pelo FNE, eram solenemente ignorados por outros setores do Ministério, encarregados de dar prosseguimentos a alguma demanda pactuada entre a coordenação do FNE e membros da SASE/MEC. Esse descompromisso do MEC com as garantias de realização das conferências municipais, estaduais e nacional de educação alcançou tal magnitude que o pleito do FNE foi levado, em certa altura e ocasião, ao próprio Ministro da Educação que, mesmo com as palavras de apoio iniciais às demandas do FNE, não dava prosseguimento à nenhuma demanda solicitada, em uma deliberada ação de protelação.

No decorrer de várias dessas reuniões, tanto com a SASE/MEC quanto com o próprio Gabinete do Ministro, o debate da BNCC nunca foi encaminhado ao FNE e era dado somente de forma interna ao Ministério. Ao apresentar publicamente a proposta da BNCC à sociedade, proposta essa que, cumpre destacar novamente, nunca foi apreciada pelo pleno do FNE ou por nenhum dos seus membros, o MEC recebeu inúmeras manifestações contrárias àquele projeto, tanto no seu método de elaboração e discussão, feito às escondidas dentro dos gabinetes, quanto no seu próprio mérito e conteúdo, ao romper com o conceito integrado de Educação Básica e privatista nos seus objetivos centrais.

Diante dessa inação deliberada do MEC em dar prosseguimento às Conferências de Educação, um grupo de entidades vinculadas à educação, a partir da coordenação do professor Luiz Dourado, resolveu elaborar um documento-referência para a Conferência

Nacional de Educação – CONAE que o MEC se empenhava em não realizar, apesar das palavras, e apenas palavras, em contrário. Em ato contínuo, e seguindo determinação expressa pelo próprio regimento do FNE, a coordenação deste Fórum decidiu por convocar uma reunião para os dias 20 e 21 de fevereiro deste ano de 2017.

Nesse intervalo entre a convocação de reunião do FNE e a sua realização, o MEC mais uma vez atropelou o Fórum e apresentou publicamente a sua proposta de Reforma do Ensino Médio, sem nenhuma consulta àquele espaço. O MEC, desgostoso com o conteúdo do documento-referência elaborado por um conjunto de entidades ligadas à educação, não bancou a reunião do FNE convocada para o mês de fevereiro, anunciando, de forma intempestiva e inédita, que não teria condições de arcar com o deslocamento dos representantes das entidades componentes do FNE para a referida reunião. Mesmo assim, a coordenação do FNE, à época, manteve a reunião agendada e, inclusive distribuiu o documento-referência aos membros do Fórum, solicitando o empenho voluntário e com ônus próprios na participação das entidades àquela reunião

A quatro dias da realização da reunião de fevereiro do FNE, a secretária Maria Helena Machado convocou a coordenação do FNE para uma reunião com o ministro, oportunidade em que o MEC criticou duramente o conteúdo do documento-referência e solicitou o adiamento da reunião do FNE. Como não foram atendidos, os membros do MEC resolveram participar, em peso e em bloco, da reunião do FNE para, explicitamente, fazer a disputa com aquele documento-referência.

Na próxima reunião do FNE, convocada para o dia 29 de março com o propósito de revisão do documento-referência, apesar dos apelos das entidades de que as decisões do FNE tinham como costume serem tomadas por consenso, a proposta do documento-referência foi colocada em votação em função da postura intransigente que os representantes do MEC assumiram. Nessa votação, o Governo foi derrotado por 23 votos a 9, sendo o documento-referência aprovado pelo plenário do FNE.

Após essa votação, em uma clara ação de represália, o MEC apresentou a Portaria nº 577 alterando radicalmente a composição do FNE, destituindo a representação de muitas entidades naquele espaço e atribuindo-se a si próprio a prerrogativa de escolher novos membros entre indicações feitas pelas entidades. O sinal mais evidente de que aquela atitude do governo era um chamamento claro ao conflito foi o fato que a publicação daquele normativo deu-se, justamente, no dia da convocação da greve geral da classe trabalhadora (28 de abril), convocada por todas as centrais sindicais de trabalhadores. O objetivo daquela Portaria era claramente garantir ao governo a maioria na composição do FNE.

Diante desse cenário, várias entidades decidem por se retirar do FNE e disputar publicamente, por meio da constituição de um Fórum Nacional Popular de Educação, a realização de uma CONAE também de caráter popular. Daí nasce a ideia da CONAPE. O objetivo nunca foi abrir mão do FNE. A luta das entidades sempre foi pela revogação da Portaria que, a essa altura, nem vale mais ser feita, já que o calendário das conferências está todo atropelado, o governo sequer apresentou um novo documento-referência para balizar os debates e sequer o FNE tem a sua composição nova definida por aquela famigerada Portaria. Tampouco, o MEC apresentou uma proposta de acolhimento das emendas das etapas municipais, de modo que, de forma explícita, o governo assumiu não estar preocupado com a realização das conferências. Agora, de última hora, o MEC está convocando uma reunião, para o próximo dia 24 de agosto, para aprovar um novo regimento da CONAE. A ideia da CONAPE, portanto, nasce como um esforço de manter a mobilização do setor da educação no Brasil, tão atacado pelas medidas do governo golpista de Temer.

RELATO DOS ESTADOS

Piauí

A preocupação central do fórum estadual refere-se à questão do financiamento da CONAPE. Como garantir a participação dos delegados na Conferência Popular? No mais, as dúvidas residem na questão do regimento da CONAPE, no critério de escolha dos delegados e no documento-referência.

Mato Grosso do Sul

O acordo no Estado é levar as conferências adiante. Já estão na pauta a realização de 14 COIMPES (conferências municipais) e 1 COEPE (conferência estadual). O apoio financeiro à realização destas conferências vem, sobretudo, na oferta de apoio logístico da UFMS, da FETEMS e da associação docente da universidade. Foi deliberado, também que a organização destas conferências se manterá no Fórum Estadual de Educação.

Maranhão

No Estado, os representantes do fórum estadual manterão o plano de trabalho original, no amparo do apoio do governo democrático e popular do Estado. No entanto, todos têm dúvida quanto à realização da etapa nacional, apesar de o calendário das etapas municipais e estadual estar mantido. Como sugestão, o coordenador indica que, onde for

possível, fortalecer a articulação dos fóruns estaduais com os governos mais próximos. Segundo sua avaliação, ao menos 10 Estados da Federação contam com governos do campo democrático e popular.

Mato Grosso

O Fórum Estadual é histórico e institucionalizado no Estado. A tentativa é articular com o governo do Estado, dentro do fórum estadual de educação, a realização das conferências. Se não for possível isso, as entidades vão, de qualquer forma, realizar as conferências.

Santa Catarina

O governo estadual convocou uma reunião do fórum para solicitar a definição, por parte das entidades, de que se manteriam ou não no fórum estadual. A decisão das entidades foi de manter-se no Fórum Estadual de Educação e, no voto, decidiram por aderir à CONAPE, mesmo mantendo-se naquele espaço oficial. Apesar do incômodo dos membros do governo com essa decisão, inclusive da coordenação do fórum, hoje ocupada pelo setor comunitário do ensino superior, o Fórum Estadual de Educação mantém o intuito de realizar a conferência estadual de educação, apesar de dizerem que não existem recursos financeiros para tal.

São Paulo

O Fórum Estadual mantém o vínculo com a Secretaria Estadual de Educação em função da utilização do espaço físico da Secretaria. Lá, ocorreu uma votação e definiram manter o nome de CONAE para a sua etapa estadual, prevista para acontecer entre os dias 24 e 26 de novembro. Alguns municípios, ou regiões intermunicipais, já realizaram as suas conferências municipais. As principais dúvidas de lá se referem a qual documento-referência utilizar, já que muitos estão utilizando o documento oficial, e ao financiamento, já que a Secretaria já anunciou que terão dificuldades em financiar a etapa estadual.

Rio de Janeiro

Houve a definição recente do local de realização de reuniões do Fórum Estadual, depois de 6 anos sem espaço, e que agora ficará ao lado de onde funciona o Conselho Estadual de Educação. Decidiram realizar a conferência popular e reconhecem o fórum popular, apesar da decisão das entidades de se manterem no fórum estadual. Reforçou a dificuldade de realização das conferências municipais, em decorrência da situação política e fiscal do Estado, e que a previsão para a realização da Conferência Estadual é somente para o mês de março de 2018. Quanto ao financiamento, levantou a preocupação do fim do imposto sindical, o que afetará muito as entidades. Lembrou a

todos que o Rio de Janeiro já usou um aplicativo da APP-Sindicato para o processo de sistematização das suas conferências, o que pode ser aproveitado agora para a CONAPE. Por fim, sugeriu que a CONAPE ajude, sobretudo, a organizar a resistência para o enfrentamento político a partir de temas como a Escola sem Partido, desmonte das universidades e a Emenda Constitucional nº 95.

Goiás

O fórum estadual não conta com um espaço físico definido, mas está totalmente alinhado à realização do fórum e da Conferência popular. As conferências estão sem data definida para acontecer, mas a definição política é que elas ocorram, mesmo sem recursos para isso.

Rondônia

O fórum está esvaziado quanto aos temas prementes da educação do Estado, só existe no papel frio da lei e que, por isso, o sindicato resolveu se retirar da composição do Fórum Estadual de Educação. O SINTERO já definiu pela realização de 11 conferências regionais e que, para isso, já foi formada uma comissão para promover as conferências e formar o Fórum Estadual Popular de Educação.

Distrito Federal

O Fórum foi criado por lei em 2012 e tem uma história exitosa na cidade, ao menos até então. Conta com uma boa estrutura, com sala e secretária, além de ser um espaço reconhecido na cidade. Já realizou 4 conferências regionais desde sua criação e conta, em sua composição, com 22 entidades, sendo 15 da sociedade civil. O Fórum Distrital decidiu por unanimidade aderir a CONAPE e ao Fórum Popular, já anunciado, inclusive, ao governo local. Já tem um calendário estabelecido a cumprir: 14 conferências regionais até setembro e a conferência distrital ainda esse ano, de modo que, em 2018, todos estejam na CONAPE.

Espírito Santo

As reuniões do fórum estadual praticamente inexistem. No Estado, o Ministério Público é um aliado na cobrança de se ter reuniões regulares do fórum estadual. As entidades decidiram não sair do espaço do fórum estadual, mas aderiram a CONAPE e vão manter, à revelia do governo, o calendário de realização das conferências municipais e estadual.

Ceará

O Fórum decidiu participar de qualquer conferência que acontecer, seja ela a CONAE ou a CONAPE. No Estado, a situação do Fórum Estadual de Educação é boa.

Rio Grande do Norte

O Fórum Estadual foi criado em 2010, mas ainda não conta com sede própria e suas reuniões são realizadas na universidade. As conferências estaduais anteriores foram realizadas sem o apoio do governo local e que não esperam algo diferente agora. Lembrou a todos que a privatização da educação no Estado está a passos largos, bem adiantada e que, muito em função disso, não contam com apoio governamental. Disse que existem dúvidas quanto à adesão ao Fórum Popular e à CONAPE e que essa definição sairá na próxima reunião, no dia 14 de agosto. Decidiram que irão participar das conferências municipais e estadual, sejam elas oficiais ou as populares.

Paraná

O Fórum Estadual está em um momento muito fragilizado, com grande dificuldade na interlocução com o governo. Não existe ainda a definição de se ocorrerá a adesão ou não à CONAPE e que a questão eleitoral da APP-Sindicato, que terá eleições em 19 de setembro, pode atrasar ainda mais essa definição.

Bahia

Os membros do fórum estadual confirmaram presença nessa reunião, mas não apareceram. Lá o Fórum não tem sede, mas tem alguma interlocução com o governo. Não existe ainda a definição de adesão às conferências populares e que, por ora, não tem justificativa alguma para se retirarem do Fórum Estadual. As definições acerca da conferência estadual, como data, local e que rumo tomar na atual conjuntura, ocorrerá no dia 10 de agosto.

Pernambuco

A coordenação do fórum estadual decidiu fazer a conferência estadual e existe a definição das entidades de não se retirarem desse espaço.

Minas Gerais

O Fórum Estadual conta hoje com a coordenação da UNDIME e os membros viram muito positivamente a adesão e disponibilidade do governo em sediar a CONAPE.

ENCAMINHAMENTOS E PROPOSTAS

- Fazer documento do Fórum Nacional Popular de Educação sobre o histórico do desmonte do FNE;
- Fazer levantamento de quais municípios no país fizeram, de fato, seus planos municipais de educação;
- Já que o caráter da CONAPE é, sobretudo, de mobilização, é importante flexibilizar a questão dos prazos, deixando para as entidades nos Estados definirem a melhor oportunidade de realização de suas conferências;
- A CONAPE se balizará pelo autofinanciamento e o comitê de financiamento do Fórum Nacional Popular de Educação, formado pela CNTE, CONTEE e PROIFES, realizará uma planilha de estimativa de custos da CONAPE;
- Para a etapa estadual, novos textos de complemento ao documento-referência serão incorporados para atualizar a conjuntura e facilitar as novas adesões à CONAPE;
- A CONAPE prezará pela ampla visualização de sua realização para a sociedade em geral;
- Inserir no documento-referência a convocatória da CONAPE, com local e data;
- Articular entre a FRISSON COMUNICAÇÃO e a APP-Sindicato a incorporação de seu sistema de acolhimento de emendas, de modo a utilizá-lo na CONAPE;
- Levantar os nomes dos palestrantes, por eixo, para participar na CONAPE, fortalecendo as possibilidades de participações voluntárias, sem custo;
- Estabelecer prazo para as entidades se manifestarem sobre a BNCC e, se houver consenso, o Fórum Nacional Popular de Educação lançar um documento sobre o assunto;
- No regimento, permitir que as entidades possam fazer conferências livres, inserir na redação a previsão de que as conferências possam ser realizadas pelos fóruns oficiais ou populares e definir as vagas de delegados para a CONAPE.
- A CONAPE será realizada entre os dias 26 e 28 de abril de 2018 na cidade de Belo Horizonte.